

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

= C O C E P =

= ATA Nº 19/76 =

Aos vinte dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e seis, às 9 horas, previamente convocada, foi realizada uma sessão do Conselho - Coordenador do Ensino e da Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas, na sede da Reitoria, Sala dos Conselhos Superiores, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Vice-Reitor, Prof. Alexandre A. Valério da Cunha e com a presença dos seguintes conselheiros: Profs. Paulo Assumpção Osório, Yedda Machado Luz, Fernando Luís Cápio da Costa, Sidney Rocha Castro, Carlos Francisco de Moraes Neutzling, Léo Zilberknop, Enilda Maurell Feistauer, Luiz Antonio Machado Veríssimo, Antonio Ernani Pinto da Silva Filho, Fermin Garcia Fernandez, Adolfo Amílcar - Aranalde, Algenor da Silva Gomes, Eduardo Allgayer Osório, Carlos Alberto de Souza Vianna, Guido Kaster, Silvino Joaquim Lopes Neto, José Rodrigues Gomes Neto, Flávio Luís da Cunha Gastal e Gabriel Castro da Motta. Presentes os representantes discentes acadêmicos Adelino Renuncio e Waldedir J. Wobeto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, passando de imediato à Ordem do Dia, Item 1. Ata da sessão anterior. Em discussão, pediu a palavra o Prof. Fernando Cápio da Costa, dizendo que à fls. 12, última linha, consta: - "Proc. 3357 do Departamento de Botânica do Instituto de Biologia". O correto é: "Do Departamento de Zoologia do Instituto de Biologia" e, não consta o parecer do relator, quanto ao candidato Francisco de Jesus Vernetti, dizendo que o parecer havia sido favorável à aprovação e referendado pelo Conselho. O Senhor Presidente determinou a retificação, ora feita. O Prof. Fernando Luís da Cunha Gastal registrou que na página 4, onde consta: "Proc. 3303. Melhoramento Rural", - devesse constar: Proc. 3303. Melhoramento de Plantas. Feito o registro. Não havendo mais nenhum reparo por parte do Conselho, foi colocada a ata em votação, - havendo sido aprovada por unanimidade, com as restrições já registradas. Item - 2. Expediente. A Secretaria informou não haver, digo, haver a registrar o recebimento de ofício do Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação em Ciências Agrárias, de nº 305/76, onde é feita menção dos trabalhos publicados no mês de julho. Disse a Presidência que o ofício ficaria à disposição dos interessados na Secretaria dos Conselhos. Ainda da mesma fonte, correspondência registrando o elenco de bolsistas do curso de graduação, que realizam pesquisas e constituído por sete bolsistas. Item 3. Processos em poder da Comissão Especial de Concursos do COCEP. O Prof. Sidney Rocha Castro solicitou permissão para relatar alguns processos em poder da Comissão de Graduação, que julga de extrema urgência, pois os mesmos dizem respeito a recursos e consultas e, a demora de solução poderá prejudicar os interessados. Foi concedida permissão, passando o Prof. Sidney Castro ao relator dos seguintes processos: 1º - Recurso de alunos da Faculdade de Odontologia, sobre alterações incluídas no currículo, no transcorrer do último semestre, por deliberação do Colegiado de Curso, contra o voto e parecer



do Coordenador, sendo posta em vigor na última orientação da matrícula. Disse o relator haver entendido na ocasião que, qualquer alteração feita, com alteração do currículo, acréscimo ou subtração de pré-requisitos, por força regimental só poderia ter validade depois de sua homologação em 14 de dezembro, data específica prevista pelo Regimento Geral. Mas, assim não havia entendido o Colegiado de Curso, determinando que alterações fossem aplicadas já no exercício corrente. - Lembrou que a Reitoria já havia baixado Portaria, alertando contra essas eventualidades e desaconselhando que tais medidas fossem tomadas. Os alunos haviam impetrado recurso junto ao CODEP e que agora era trazido, para a consideração do plenário. Teceu várias considerações sobre o assunto, dizendo que a tomada de posição do Colegiado de Curso, vem contrariar, frontalmente, o espírito da Reforma Universitária que, certa ou errada, é vigente. Foi proposta a revogação das deliberações tomadas pelo Colegiado de Curso de Odontologia, com referência a pré-requisitos e que fosse distribuído para todos os cursos as recomendações do Conselho de Reitores e que em curto prazo fosse possível a duplicação de semestres ou pelo menos, digo, a duplicação de semestres. Disse que, se assim não ocorrer, se avolumarão na mesa do Magnífico Reitor os processos de pedidos de autorização para matrículas nas mais diferentes situações. Proposição: Fosse revogada a decisão do Colegiado de Curso e permitidas as matrículas de acordo com o currículo aprovado em dezembro de 1975; na próxima reforma, dentro do período regimental, fossem discutidas as alterações curriculares para terem vigência a partir de 1977. Aprovada por unanimidade a proposta do relator. Proc. em que é requerente Enadir Ferreira Martins, que solicita aproveitamento no Curso de Direito. Passou o processo ao Prof. José Rodrigues Gomes Neto, da Comissão de Pós-graduação, para fazer o relator. Este disse que a mesma havia requerido matrícula no Curso de Direito, na condição de portadora de diploma de curso superior. A Assessoria Acadêmica exerceu no processo o seguinte despacho: "O prazo publicado em Edital para o recebimento dos pedidos de matrícula prévia foi de 1º a 10 de junho, razão pela qual não podemos aceitar a documentação da requerente, em 15 de junho de 1976. Não encontramos razão, dado o grande número de opções solicitadas e de matrículas prévias e de transferências, para receber fora do prazo este requerimento. O novo período será de 3 a 10 de novembro." Disse que a requerente não conformada dirigiu pedido ao Magnífico Reitor. Este encaminhou o processo à Direção da Faculdade de Direito que, por sua vez, destinou o processo ao Colegiado de Curso, que se manifestou contrário à concessão, por haver sido o requerimento feito fora do prazo previsto. Indeferido o pedido da requerente, por unanimidade. - Ainda com a palavra o Prof. Sidney Castro, enfocou o proc. 5406 oriundo do Colegiado de Curso da Engenharia Agrônômica, onde comunicou haver sido aprovado naquele Colegiado, em reunião de 27.6.76 proposta do Coordenador do Colegiado, no sentido de que fosse permitida duas entradas anuais de alunos no Curso de Engenharia Agrônômica, fixando em 50% o total das vagas - matrículas em cada período letivo, não implicando a dupla entrada de alunos, em desdobramento de turmas no semestre seguinte, solicitando que, antes de o assunto ser levado à discussão no plenário, fosse submetido à Assessoria Jurídica para estudar a possibilidade de alegação de direitos feridos para os alunos cuja matrícula ficasse para o segundo período. Foram lidos pelo relator outros considerandos da Coordenação do Colegiado de Curso. Disse que a Assessoria Jurídica havia se manifestado a respeito do assunto, dizendo não ver óbice que entrasse a pretensão e nem a possibilidade de que fossem feridos direitos de terceiros. Recomendou que o Edital do Vestibular fosse claro a esse respeito e que constasse, também, do Manual do Candidato. O relator foi pela aprovação integral da proposta. Em votação, foi aprovado pela unanimidade do plenário. Proc. 5223/76 em que é requerente Darci Odílio Paul Trebien. Solicita análise justa para infrequência na disciplina de Nutrição Animal. Parecer do Relator: "Segundo Pre

*[Assinatura]*



sidente. Origina-se o presente processo de expediente enviado pelo requerente ao Prof. Guido Kaster solicitando seja analisada sua situação especial de infrequência em face a legislação vigente. Efetivamente a situação do aluno, em nosso entender, está perfeitamente definida no Regimento Geral da Universidade, não da forma como interpreta o Chefe do Departamento de Zootecnia - definitivamente reprovado - mas, ao contrário, regularmente aprovado, pelas razões que passamos a expor: O art. 184 do Regimento Geral determina que a aprovação fica condicionada à frequência de 75% das aulas dadas o que determinaria, realmente, a reprovação do aluno; mas, o art. 186 do mesmo Regimento assegura a aprovação para o aluno que obtiver nota semestral igual ou superior a SETE, condição que o requerente - de fato possui. Estaríamos, logicamente, em presença de um impasse legal - aprovação por um lado e reprovação por outro. Ainda que mais não houvesse, na dúvida seríamos favoráveis ao "réu". Há, porém, outro aspecto a considerar. Se observarmos atentamente o art. 196 e seus parágrafos, do dito instrumento legal, poderemos verificar facilmente que este artigo regulamenta de forma clara e objetiva - as condições especiais em que não se devem computar faltas aos alunos nele enquadrados. Seu parágrafo 2º afirma textualmente: "Terão época especial para a realização de verificações os alunos que, em virtude das atividades previstas neste artigo e os beneficiados pelo Decreto-Lei 1.044/69 tenham sido impedidos de realizá-las em época normal. Mais ainda, no parágrafo 3º fica estabelecido que ficará a cargo dos estudantes enquadrados neste artigo a recuperação dos estudos. - Ora, se a lei permite que as provas ou verificações possam ser realizadas em época especial para os alunos protegidos por este artigo e que fique a seu cargo a recuperação dos estudos, é evidente e lógico que simples aulas expositivas também o possam ser, pois, quem pode o mais pode também o menos. No corpo do processo há provas evidentes de que o requerente está perfeitamente enquadrado no Dec. Lei 1.044/69, em seu art. 1º, letras a e b e, ainda mais, o fato de estar aprovado por média (nota semestral SETE) atesta, de forma clara a sua capacidade de recuperação da matéria que constitui as aulas teóricas perdidas. Por outro lado, o art. IV do mesmo Dec. Lei dá competência ao Diretor da Unidade para autorizar o regime de exceção nele expresso. Analisando o processo verifica-se que tal regime foi reconhecido em parecer pelo Diretor da FAEM, Prof. Guido Kaster que considera o requerente enquadrado no Decreto-Lei 1.044/69, acima mencionado. Pelo exposto, entampamos inteiramente o parecer do ilustre Diretor da FAEM e consideramos o requerente perfeitamente recuperado nas aulas em que foi infrequente, não devendo lhe serem computadas as referidas faltas e, em consequência deve ser mantida a aprovação obtida com a nota semestral. É este o nosso parecer, s.m.j. Pelotas, 09 de agosto de 1.976. Ass) Prof. Sidney Rocha Castro - Presidente da Comissão de Graduação." O assunto foi amplamente debatido, com elucidações de vários pontos de vista pelo relator, sendo, ao final, aprovado o parecer do relator, pela unanimidade dos membros presentes. - Cf. nº 24/76 - Acréscimo de três novas vagas para reopção, referente ao 2º semestre de 1976, do Curso de Licenciatura Plena em Educação Moral e Cívica. Diz o Coordenador do referido Curso, que a Superintendência Acadêmica havia encaminhado pedido de reopção para o 2º semestre de 1976, por haverem sido ultrapassadas as cinco vagas existentes e o colégio de Curso, por não haver se reunido em data útil, entendeu a Coordenadoria admitir o requerido, concedendo o aumento de três vagas para reopção, por entender que o Curso em seu desenvolvimento suporta o pretendido sem prejuízo e com bom rendimento, ficando assim o limite em oito candidatos. Como o regimento prevê que os Colegiados de Curso poderão apresentar novas vagas para reopção, mediante autorização do COCEP, era solicitada a ratificação do que havia sido deferido, tão somente para o 2º semestre do corrente ano. Assinou o pedido o Prof. Gabriel Castro da Motta, Coordenador do R referido Curso. Disse o relator que, como o assunto tinha amparo legal, era pela aprovação do pedido. Aprovado o parecer do relator. Disse o Prof. Sidney Rocha Castro que estes eram os processos - que no seu entender tinham urgência em serem apreciados pelo plenário, deixando





133  
Jul

para a sequência natural da Ordem do Dia os demais em poder da Comissão de Graduação. A Presidência passou a palavra ao Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte, Presidente da Comissão Especial de Concursos do COCEP para relatar os processos em poder da Comissão. Disse o Prof. Gastão Duarte que inicialmente relataria os processos de concursos de docência-livre. Proc. 0016/75. Requerente: Prof. Leon Libis, Faculdade de Odontologia. Concomitantemente o Proc. em que é requerente o Prof. - - - de Freitas Oliveira, da Faculdade de Alfenas, Minas Gerais, que submeteram-se ao Concurso de Livre-Docência. A Comissão Examinadora declarou habilitados os dois elementos citados, com as médias: 9,74 e 9,53, respectivamente. Aprovado pelo COCEP. Proc. 0015/75, em que é requerente o Prof. Caio Túlio de Prado Carneiro, - - - Faculdade de Alfenas, Minas Gerais, que submeteu-se a concurso de Docência Livre na disciplina de Materiais Dentários. A Comissão aprovou o candidato com média 9,45. Aprovado pelo COCEP. Proc. 0030. - - - Requerente: Prof. David Felix Saldano, da Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro, que submeteu-se à Livre-Docência em Prótese Fixa. A Comissão aprovou o candidato com média 9,08. Aprovado pelo COCEP. Processos de inscrição ao concurso de Professor Adjunto. Proc. 5564. Requerente: Prof. Fermin Garcia Fernandez. Aprovado. Proc. 5554. Requerente: Prof. - - - Siewert. Aprovado. Proc. em que é requerente o Prof. Narciso Islabão. Aprovado. Proc. 4520. Requerente - - - Profª Heloisa Assumpção Plínio do Nascimento. Aprovado. Proc. 5496. Requerente - - - Profª Enilda Maurell Feistauer. O relator solicitou a retirada do processo da pauta, em virtude de o processo não haver sido ainda aprovado pelo Conselho Departamental e não ter sido indicada a Comissão Examinadora. Concedido. Proc. 4821. Requerente - - - Profª Lourdes Rota Devildos. Aprovado. - - - Proc. 5729. Requerente - - - Prof. Leon Libis. Aprovado. Proc. 5701. Requerente - - - Profª Cirlecy Fonseca Benites. Aprovado. Proc. 4538. Requerente - - - Prof. Paulo - - - Fernando Burlamaqui. Solicitou a retirada de pauta, por não constar a nominata da Comissão Examinadora. A seguir relatou os processos referentes aos concursos de - - - Professor Assistente. Proc. nº 3162 - - - Requerente Prof. Daniel de Souza Soares Bastar. Aprovado. Proc. 3353. Requerente - - - Prof. Marco Antonio de Jesus Rausch. - - - Aprovado. Proc. 2989. Requerente - - - Profª Antonina Zulema D'Avila Paixão. Aprovado. Proc. 2833. Requerente - - - Prof. Guido Gilberto Fernandes. Aprovado. Proc. 3306. Requerente: Profª Judith Viegas, que solicitou inscrição ao concurso de Professor Assistente, sendo negada sua inscrição pelo Conselho Departamental do Instituto de Biologia, ao qual a candidata pertence, por entender que a mesma não possuía as condições exigidas pelo Edital. A mesma impetrou recurso junto ao COCEP, havendo a Presidência despachado o mesmo para a Comissão Especial de Concursos da Universidade. O Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte solicitou permissão e procedeu à leitura dos termos do recurso impetrado. O Prof. Fernando Cáprio da Costa disse - - - que o concurso para o qual a referida professora solicitara inscrição tinha somente uma vaga e mais três candidatos, inclusive o Prof. Cáprio. O concurso havia sido realizado, sem que a ele concorresse a Profª Judith Viegas, havendo sido aprovado com maior média e, conseqüentemente seria aproveitado para a única vaga existente o Prof. Fernando Cáprio da Costa. Perguntou se: Caso seja aceita a inscrição da referida Profª Judith pelo COCEP, seria aberto novo concurso com mais uma vaga. As duas outras candidatas que tiveram média inferior ao primeiro colocado - - - ao concurso anterior, não foram aproveitadas. A Profª Judith, independentemente - - - da média que lograsse alcançar, seria aproveitada na única vaga aberta. E, como - - - ficariam as duas outras candidatas do concurso anterior, caso suas médias fossem maiores do que a alcançada pela Profª Judith? - - - O Prof. Léo Zilberknop pedindo a palavra disse que bem compreendia as razões da pergunta do Prof. Cáprio, mas, lembrava que a Profª Judith também não poderia ser prejudicada, pois a não participação da mesma no concurso realizado, deveu-se a fato que independeu de sua vontade.

*[Handwritten signature]*



134  
Paul

O Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte, disse que usaria da palavra, apenas como Presidente da Comissão de Concursos da Universidade, uma vez que não pertence ao Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa. Mas, como as considerações são feitas sobre um processo que acabara de relatar, disse que daria seu parecer pessoal como Presidente da Comissão e não em nome desta. Disse entender que, em primeiro lugar, o concurso não deveria ter sido realizado, salientando que os candidatos não tinham nenhuma culpa disso. Caberia ao Diretor do Instituto de Biologia e ao Chefe do Departamento de Zoologia e aos órgãos a quem cabe esse direito. Mas o processo não tem um parecer desfavorável da Consultoria Jurídica da Universidade, acreditando que tal fato se deu em virtude de não haver sido anexado ao processo, a oportunidade, elemento de alto valor e de alta significação, e, em virtude do referido parecer, o concurso havia sido realizado. Disse que o Conselho estava diante do fato concreto de que o concurso havia sido realizado com a aprovação de dois concursados e aproveitamento de somente um, em razão da existência de uma vaga e entendia mesmo assim que a Profª Judith tinha o direito líquido e certo de realizar o concurso pela juntada de documentos adicionais ao processo e que o problema de vaga estava perfeitamente solucionado, em virtude da determinação do Magnífico Reitor à Comissão de Concursos, de que as vagas fossem distribuídas pelos Departamentos, sem que fossem contadas as que tivessem Curso de Mestrado, pois estes ex-offício estariam inscritos em concurso, com suas vagas asseguradas. Os três professores que se submeteram a concurso são possuidores de mestrado e, na realidade, assim entendia, que os três elementos devem ser aproveitados e a única que não tem o título de mestre é a Profª Judith a quem deverá tocar a única vaga existente, se a mesma realizar o concurso e for aprovada. O Prof. Arnanilde disse a palavra e disse que muitos outros auxiliares de ensino na Universidade foram barrados em sua pretensão de se inscreverem em concurso para Professor Assistente e estavam na mesma situação da Profª Judith. Se for a mesma aceita agora, não apenas dois anos de estágio como auxiliar de ensino e com o curso de especialização, como ficarão aqueles que não lograram inscrição, apesar de possuírem a mesma condição que ora era apresentada pela Profª Judith? O Prof. Gastão Duarte disse que a referida professora apresenta um atestado de que tem estágio como auxiliar de ensino na Faculdade de Medicina da IPESSE e, desde uma vez que se trate de um concurso público de títulos e provas e que foi publicado Edital no D.O., tem a mesma todo o direito, como também teria um auxiliar de ensino na Amazônia ou em qualquer outra parte do Brasil. A Profª Judith argumenta que tem dois anos na Universidade Federal de Pelotas mas, possui três anos ou mais, na Faculdade de Medicina da IPESSE. O Prof. Léo Zilberkop disse que havia lhe causado espécie, o fato de não haver a consultoria Jurídica aceitado o período de estágio probatório na Faculdade de Medicina, pois nem o Edital nem o Regimento da UFPel, dizem que esses três anos de estágio como auxiliar de ensino devesses ser na Universidade Federal de Pelotas. O Prof. Guido Kster disse que não tinha ainda condições de votar sobre o assunto, pois carecia de outros elementos para firmar juízo a respeito. Mas, entendia que o período de estágio probatório deveria ser computado apenas aquela dentro da UFPel e não de outras Universidades ou Faculdades. O Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte disse entender que, desde o momento da publicação do Edital de concurso público de títulos e provas, onde não era declarado expressamente que o estágio probatório deveria ser o tempo decorrido na UFPel - e não a anterior Lei assim o determina - não vê porque não seja aceitado o tempo prestado junto à Faculdade de Medicina, unidade agregada à Universidade Federal de Pelotas. Deve ser este o entender da Presidência da Comissão. O Prof. José Gomes Neto disse que necessitava de um exame mais tranquilo do assunto, e possivelmente pediria vistas do processo para que tivesse condições de apreciar melhor o problema e, em seguida, dar seu ponto-de-vista a respeito do mesmo. Padiu vistas do processo e foi o pedido atendido por ter amparo em dispositivo regimental.

*[Handwritten signatures]*



diu a palavra e solicitou informação sobre o Capítulo III do Regimento Geral que define as atribuições do COCEP, art. 22 - "Originariamente. ..." II - Especificamente: Em grau de recurso - Julgar os recursos interpostos das decisões do Colegiados de Cursos". Perguntou se o recurso ora interposto pela Profª Judith, estava dentro das atribuições do COCEP para proceder julgamento, ou se seria uma das atribuições do Conselho Universitário. Disse o Prof. Silvino Lopes Neto que, face a letra do Regimento Geral, os Conselheiros do COCEP somente poderiam julgar os recursos de decisões dos Colegiados de Cursos. Disse que, de outro lado, o Conselho Universitário era instância recursal de qualquer problema relativo à Universidade. O Prof. José Gomes Neto disse não concordar, pois o Regimento estabelece que os processos relativos a concursos deveriam ser examinados e aprovados pelo Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa. Disse que a função do COCEP - era legítima em examinar o processo em pauta, pois deveria constar no artigo 22, nas atribuições "Originariamente" deferidas ao COCEP o que já consta da parte que diz respeito aos Concursos na Universidade. Disse que o artigo 93, em seu parágrafo único diz: "Das decisões do Conselho Departamental caberá recurso voluntário ao Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, quando se tratar de matéria didático-científica. E, para o Conselho Universitário, nos demais casos". Em face deste artigo citado, tinha como resolvido o problema e estava respondida a inquirição do Prof. Paulo Osório, apesar de não saber, certamente, se o processo em tela se fixava dentro de matéria didático-científica. De outro lado, dentro do recurso impetrado, é juntado um título da recorrente, cuja avaliação de validade ou não, é avaliada pelo COCEP. O Prof. Guido Kaster disse que trazia uma proposta concreta, face o adiantado da hora, que o Conselho votasse se era de sua competência ou não, o julgamento do recurso impetrado. A Presidência disse que o Prof. José Gomes havia pedido vistas do processo e, por dispositivo regimental, não havia como negar esse pedido. A Presidência interrompeu a sessão por ser doze horas e trinta minutos, devendo a mesma ter sequência às 14 horas. Aos trabalhos na hora aprazada, a Presidência deu a palavra ao Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte para continuar relatando os processos em poder da Comissão de Concursos da Universidade. Proc. 5040. Requerentes: Profªs. Maria Elizabeth Gervini e Isabel Maria do Amaral Ribas. Inscrição a concurso de Professor Assistente. Aprovado. Proc. 3316, Proc. 3315 e Proc. 3314. Disse o Prof. Gastão Duarte que estes processos já haviam tramitado pelo COCEP, quando e então Chefe do Departamento de Educação e atual Diretora da Faculdade de Educação, havia indicado as Comissões Examinadoras para os respectivos concursos, não havendo o COCEP reconhecido a titulação de alguns professores indicados. Foi encaminhado o ofício à mesma solicitando informação sobre se os referidos professores haviam prestado concurso dentro das normas federais vigentes. A Diretora da Faculdade de Educação respondeu através ofício de nº 57 dizendo que estava inteira, digo, inteirada dos termos do ofício enviado pelo COCEP, e tinha a informar que somente havia indicado os integrantes da Banca Examinadora de cada processo, após haver constatado junto à UCPel e a FURG que os mesmos ocupavam em suas respectivas Universidades, os cargos para os quais haviam sido titulados. Disse no entanto, que a correspondência do COCEP havia tomado endereçamento inadequado ao ser remetida para a Faculdade de Educação, por entender a mesma que a comprovação da titulação e bem assim a forma de obtenção de títulos de professores de outras Universidades, era matéria que envolvia obrigatoriamente relações de mais alta significação, e nível de Reitoria, entre a UFPel, UCPel e FURG. Disse não caber à Faculdade de Educação atestar sobre elementos comprobatórios de titulação bem como sobre a legalidade de sua obtenção. Disse que o assunto era de exclusiva competência e responsabilidade das Universidades a que pertenciam os titulados. Encarregou prontas providências sobre o assunto, invocando a exiguidade do tempo para a realização dos concursos. Assinou o ofício a Prof. Circe Cunha, Diretora da Faculdade de Educação. Disse o Prof. Gastão que a diligência solicitada pela Comissão de Concursos à Faculdade de Educação, não havia sido cumprida, face o ofício

*[Handwritten signature]*



que havia trazido ao conhecimento do plenário. Disse ainda o Prof. Gastão Coelho Pires Duarte, que a atitude do COCEP em relação aos professores referidos no expediente remetido à Faculdade de Educação foi baseada em fato idêntico de processo oriundo da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, quando o COCEP não reconhecendo a titulação de um dos elementos da Comissão Examinadora proposta, teve inibida acolhida de seu Diretor, Prof. Guido Kaster, que aceitou a substituição do elemento citado pelo Prof. Guilherme Prociandy, ad referendum da seu Conselho Departamental que, posteriormente referendou sem restrições a atitude do Prof. Guido Kaster. Disse que o assunto ora enfocado, daveria, por isso, ser muito bem examinado e ter muito cuidado com os processos em discussão. Disse que ninguém desconhece ou põe em dúvida o alto valor dos professores indicados pela Faculdade de Educação para integrarem as Bancas Examinadoras, mas que o grande problema, é que muitos dos professores indicados são, atualmente, Auxiliares de Ensino em nossa Universidade e com essa condição irão participar de uma Comissão Examinadora de concurso ao qual, amanhã, também irão se submeter, pois são Auxiliares de Ensino. O Prof. Fernando Cáprio da Costa disse que o Prof. Oskar Shaffer, é possuidor de Doutorado e já está recebendo na UFFel ao nível de Professor Adjunto. O Prof. Gastão Duarte informou que a Comissão Examinadora indicada no Proc. nº. 3314 em que é requerente a Profª Carmen Anselmi Duarte da Silva é composta da Prof. Leda Souza Soares, Prof. Assistente da UFFel, a Profª Circo Cunha, Professora Adjunta da mesma Universidade e bem assim o Prof. Jandir João Zanotelli. No processo em que é requerente a Profª. Consuelo Cavado Requião, é indicada a mesma Comissão Examinadora, por ser do mesmo Departamento. O Prof. Guido Kaster pediu a palavra, dizendo que o Prof. Gastão trouxe um valioso subsídio ao lembrar que processo análogo já havia sido julgado pelo COCEP tendo o mesmo modificado a composição de uma Banca Examinadora e, não via porque fosse agora tomada decisão diferente para fatos iguais. Disse que o assunto já tinha jurisprudência firmada dentro do COCEP e espelhava consenso de seus conselheiros, mas que os debates poderiam ser reabertos. Disse ainda que, em face da falta de elementos para julgar das titulações dos professores indicados pela Faculdade de Educação, achava que o caminho a seguir era o de pedir a substituição dos mesmos. A Presidência disse que havia uma proposta concreta do Prof. Guido Kaster. Este voltando a usar da palavra disse que em face dos debates, e para que fosse dada solução ao caso, ainda que fato idêntico já tenha ocorrido com processo oriundo da Faculdade que dirige, deixava todos os senhores conselheiros à vontade, caso queiram hoje tomar outra deliberação a respeito. O Prof. Sidney Rocha Castro pedindo a palavra, propôs que, em vista das Bancas Examinadoras não terem sido indicadas com elementos que preenchessem as características determinadas pelo COCEP, fosse o processo devolvido à Faculdade de Educação para que indicasse outros elementos. Posta a proposta em votação, foi aprovada com o voto contra do Prof. Adolfo Amílcar Arenalde. O Prof. Gastão Coelho Pires Duarte pediu a palavra, indagando, para ter subsídios para o envio da correspondência à Sre. Diretora da Faculdade de Educação, se foram todos os elementos votados, ou somente aqueles que, apesar de terem outra titulação fora da Universidade, nesta fossem Auxiliares de Ensino. O Prof. José Gomes, após longo debate entre os senhores conselheiros, apresentou proposta no sentido de que fosse examinado nome por nome e que o Conselho deliberasse sobre a aceitação ou não do elemento indicado. O Prof. Gastão procedeu à leitura da Banca proposta para o Concurso da Área de Didática. O Primeiro nome indicado foi o da Profª Alair Almeida, Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade de Rio Grande. O Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto, disse que o Conselho estava apreciando o nome de uma pessoa desconhecida pelo Conselho. E disse não poder julgar pessoas que não conhecia. O Prof. Gastão Coelho Pires Duarte disse que o COCEP agora, não estava dando crédito à Chfeff, digo, Chefia Departamental, quando esta faz as indicações de nomes que julga terem condições de integrar Bancas Examinadoras. Citou que nos concursos para Livre-Docência, vá

*[Handwritten signature]*



137  
Jou

rios professores de outras universidades integraram Bancas Examinadoras, havendo este Conselho aprovado, dando crédito às Chefias Departamentais que os indicaram. Depois de longo debate, em que tomaram parte diversos Conselheiros, foi assentado que os Professores indicados para as Bancas Examinadoras, se Auxiliares de Ensino na UFPel, não seriam aceitos, independentemente da titulação que possuissem fora da Universidade Federal de Pelotas. Quanto aos demais, foram aceitos sem restrições. O Prof. Gastão Duarte disse estar, agora, plenamente esclarecido sobre como encaminhar expediente à Sra. Diretora da Faculdade de Educação. O Presidente concedeu a palavra ao Prof. Gastão Dutart, digo, Duarte, para que prosseguisse no relato dos processos em poder da Comissão de Concursos. Proc. nº..... 4163. Requerentes: Profs. Antonio Ernani Pinto da Silva Filho e Eduardo Allgayer Geórgio. Médias de aprovação: 8,9 e 9,5, respectivamente. Aprovado. Proc. nº.... 3103. Requerente: Prof. Jau Paulo Goulart. Média: 8,65. Aprovado. Procs. 3239 e 3360. Requeurentes: Alvaro da Silva Maio e Ubirajara Fernando Galli. Médias 8,00 e 9,08, respectivamente. Aprovado. Proc. 3131. Jorão, digo, Prof. João Geraldo - Cazarolli. Média: 8,66. Aprovado. Proc. 3296. Prof. Carlos Francisco de Moraes - Neutzling. Média: 9,75. Aprovado. Proc. 3160. Aldonir Balreira Bilhalva. Média: 9,00. Aprovado. Proc. 3161. Pedro Luiz Antunes. Média: 9,3. Aprovado. Proc. 3281. Maria Nancy Cândia Gonçalves. Média: 8,18. Aprovado. Proc. 3241. Vilma Ávila Vianna. Média: 8,8. Aprovado. Proc. 3233. Tânia Barcellos Chaves. Média: 7,75. Aprovado. Proc. 3249. José Luiz Vieira Guerreiro. Média: 9,27. Aprovado. Proc. 3302. Pedro Lima Monks. Média: 9,3. Aprovado. Proc. 3242. Antonio Carlos Torres Vianna. Média: 9,6. Aprovado. Proc. 3285. Algenor da Silva Gomes. Média: 9,7. Aprovado. - Proc. 3284. Morena Pinto Peters. Média: 9,45. Aprovado. Proc. 3317. Ademir Bonatto. Média: 8,58. Proc. 3238. Clóvis José Elias de Ávila. Média: 7,5. Aprovados. - Proc. 3164. Leonir Birk. Média: 9,5. Carlos Alberto Teixeira Patiz. Média: 8,9. - Aprovados. Proc. 3237. Daiser Paulo de Lam, digo, Daiser Paulo de Almeida Sam - paio. Média: 9,4. Aprovado. Proc. 3236. José Carlos Padilha Pinto. Média: 9,5. - Aprovado. Proc. 3186. Cláudio Alves Pimentel. Média: 9,6. Aprovado. Proc. 2729. - Antonio Lucas Moreira. Média: 9,7. Aprovado. Proc. 3127. Antonio Fernando Hecker Zembrano. Média: 9,6. Aprovado. Proc. 3350. Adolfo Amílcar Arenalde. Média: 9,63. Aprovado. Proc. 3307. José Carlos Maciel da Silva. Média: 9,15. Proc. 3236. Luiz Fernando Alves Pereira Gastal. Média: 9,85. Proc. 3187. Yeda Belmonte Mascare - nas. Média: 9,45. Aprovados. Procs. 3245 e 3247. Jorge Telles Burkart e João Ar - thur Amaral da Silva. Médias: 9,15 para ambos os candidatos. Aprovados. Proc. - 3301. Fernando Gomes da Silva Filho. Média: 8,6. Aprovado. Proc. 3280. Carlos - Francisco Sica Diniz. Média: 9,65. Aprovado. Proc. 3354. José Gilberto da Cunha Gastal. Média: 9,72. Aprovado. Proc. 2726. Nailê Russomano de Mendonça Lima. Mé - dia: 10,00. Aprovado. Proc. 3190. Gilberto Rodrigues Quadrado. Média: 9,3. Apro - vado. Proc. 3191. Aldyr Garcia Schlee. Média: 9,7. Aprovado. Proc. 3246. Maria - Thereza Zanotta de Cruz. Média: 10,00. Aprovado. Proc. 2853. Ari Dias Valente. - Média: 8,6. Aprovado. Proc. 3243. Aldiva Lúcio. Média: 8,6. Aprovado. Proc. 3244. Yeda Moura da Silva. Média: 9,33. Aprovado. Proc. 3104. Lígia Xavier Goulart. - Média: 7,9. Aprovado. Proc. 2839. Maria Leda Verneti dos Santos. Média: 7,20. - Aprovado. Disse que estes foram os processos para homologação dos concursos de Professor Assistente que estavam em poder da Comissão de Concursos, restando ain - da dois processos que havia deixado para o final de nºs 3318 e 3201, em que são requerentes os Professores Mário Gonçalves Vargas e Paulo Bruscke Meulaz, e que solicitam homologação para predst, digo, prestação de concurso para Professor As - sistente, e que estavam programados, inicialmente, para o dia 19. Em face de Por - taria baixada pelo Exmo. Sr. Vice-Reitor, e pela tramitação de um processo rela - tivo a um dos candidatos inscritos, também do Instituto de Biologia, Professora

.....  
H. M. P. S.



138  
jul

Maria Carmelina da Silva, foi o Concurso suspenso. Indagou da Presidência se os processos citados deveriam entrar na pauta desta sessão, ou se aguardaria a solução do processo pendente, para então trazer os mesmos à consideração do plenário para homologação da inscrição e das bancas examinadoras. A Presidência entendeu que se devesse aguardar a solução quanto ao recurso impetrado, para, então, serem todos os processos apreciados. Foi aprovada a solução pelo plenário. O Prof. José Gomes disse que havia pedido vista do processo em que é requerente a Auxiliar de Ensino Judith Viégas e, já tinha condições de devolver o mesmo, solicitando a permanência do Prof. Gastão Duarte, na condição de Presidente da Comissão de Concursos da Universidade. O Prof. Gastão Pureza Duarte indagou da Presidência, face a inúmeras consultas de interessados, se, a exemplo do que já ocorrera anteriormente, aqueles docentes que se inscreveram a concurso para livre docência, e que agora, face o término do prazo legal, confirmaram suas inscrições, teriam, a partir da data da confirmação, os cento e vinte dias para apresentação de suas teses. A Presidência disse que já era norma do COCEP para os casos anteriores, parecendo que devia ser adotada, também, para os casos presentes. Aprovado pelo plenário. Passou a palavra ao Prof. José Gomes, para que dissesse de sua opinião sobre o processo em que a Profª Judith Viégas impetrara recurso junto ao COCEP e que o mesmo havia pedido vista. Disse inicialmente que o primeiro aspecto a ser focado, era se o processo se constituía em assunto acadêmico e, havia se convencido que era, e que o recurso impetrado, deveria, como foi, ser encaminhado ao Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa. Quanto ao aproveitamento do tempo em que a requerente era Auxiliar de Ensino na Faculdade de Medicina, após várias considerações, disse que entendia ter o mesmo validade, pois não diz o Regimento Geral, explicitamente, que o período de três anos, de estágio probatório como Auxiliar de Ensino, deve, obrigatoriamente ser prestado na UFPel. Seu parecer foi pela aceitação da inscrição da referida professora. -- O Prof. Fernando Cápio da Costa, pedindo a palavra, disse querer registrar em ata, em defesa própria, já que havia realizado o concurso e também para os demais que o realizarem, que as inscrições foram feitas e o concurso não foi realizado na data marcada pelo Departamento, sob a alegação de que a Profª Judith não havia tido seu pedido homologado e que recorreria da decisão. E, para sua surpresa, ainda dentro desta mesma situação, foi posteriormente o concurso realizado. Acha que a anulação do mesmo, seria altamente prejudicial para todos os que tiveram suas provas homologadas e aceitas pelos órgãos competentes. O Prof. José Gomes disse que transformava o seu ponto-de-vista anteriormente apresentado ao plenário, em proposição. Aduziu que, em seu entender, dentre as razões expostas pela impetrante do recurso, tão somente o estágio probatório tem validade para que possa ser deferido o seu pedido. A proposta foi aprovada pelo COCEP, com a recomendação de que o respectivo Departamento consultasse a candidata, se aceitava a mesma Comissão Exami, digo, Examinadora que participou das demais provas. O Prof. Leo Zilberknop disse querer trazer seus cumprimentos à Comissão de Concursos, em especial ao Prof. Gastão Coelho Pureza Duarte, pela excelência do trabalho que vem desenvolvendo até aqui. O Prof. Sidney Rocha Castro pediu a palavra, dizendo que havia recebido do Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto, a incumbência de trazer à consideração do plenário, os modelos de fichas que haviam sido confeccionadas pela CORET, para preenchimento pelos Departamentos, com a inclusão da assinatura do Presidente do Colegiado de Curso. Após várias considerações por diversos membros do plenário, foram aprovadas por unanimidade. O Prof. Sidney Castro disse que os demais processos em poder da Comissão de Graduação são muitos e que, não haveria possibilidade de relatar todos. Pediu que fossem deixados para uma próxima reunião. Aprovado. A Presidência disse que o Prof. Cápio tinha vários processos referentes a projetos de pesquisa e fez a proposta de que o mesmo fosse relatando os mesmos até as dezoito horas, quando então a reunião seria suspensa e os relatos prosseguiriam na próxima sessão. O Prof. Fernando Cápio da Costa disse que antes de iniciar o relato dos

*[Assinatura]*



139  
Jul

processos, queria fazer exposição sobre expediente encaminhado ao COCEP e que solicitava que o Secretário procedesse a distribuição de cópias ao Conselho, para se tivessem conhecimento real dos objetivos a que se propõe a Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa. O Senhor Presidente disse que o Prof. Fernando Caprio da Costa havia endereçado ao COCEP um trabalho cujas cópias ora estavam sendo distribuídas, acompanhado do seguinte ofício: "Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, os códigos utilizados para identificação dos projetos de pesquisa e a sistemática de controle para distribuição e apreciação pelos ilustres conselheiros do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa." Disse que o mérito do trabalho não era seu, enfatizando o Prof. Fernando Caprio da Costa que desde que assumira a Presidência da Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa, sentira da Presidência do COCEP que acumulava a Presidência da COPERI, que faltava um elo de ligação entre a Comissão de conceder os incentivos e o Conselho que analisa e aprova os projetos de pesquisa. Ao tempo da COPERIDE, a maioria dos processos de pesquisa eram encaminhados àquela Comissão, sem que deles tivessem conhecimento sequer o COCEP. Disse, digo, Disse que organizar toda a pesquisa na Universidade, não é trabalho fácil, por isso a Comissão que preside se propôs organizar uma sistemática que possa ser de fácil controle e que se tornasse em um elo de ligação entre a COPERI e a Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa do COCEP. Disse que foi utilizada uma numeração de seis algarismos para numerar os projetos de pesquisa, onde os dois primeiros algarismos identificam a Unidade, os dois seguintes o Departamento e os dois últimos o número do projeto. Foi adotada uma ficha que após registro é encaminhada a quem de direito, com o número que foi dado ao projeto e no verso os participantes do mesmo, a data de início e término do projeto. Essas fichas são elaboradas em quatro vias, sendo endereçada uma ao Presidente da COPERI, uma aos interessados, uma junto ao processo e outra arquivada pela Comissão. Desta forma a COPERI tem em mãos um documento que lhe indica quem realmente está desenvolvendo pesquisa e a sua Comissão tem o controle das pesquisas em andamento. Disse ainda que esta foi a forma conseguida a que até o presente está dando bons resultados. Iniciou após o relato dos projetos de pesquisa em poder de sua Comissão. Proc. 4852. Departamento de Semiologia e Clínica da FO. Assunto: Programação para curso de Mestrado em Endodontia, relatado inicialmente, antes da apreciação dos Projetos de Pesquisa. Aprovado. Proc. nº6046/76. Requerente: Izabel Maria do Amaral Ribeiro, que solicita prorrogação de licença para curso de pós-graduação. Novo prazo: fins de fevereiro de 1977. Parecer da Comissão: Envio de solicitação à COPERI, antes de pronunciamento do COCEP. Aprovado. Proc. 1986. Requerente: Prof. Ney Guimarães Machado. Assunto: Encaminha anteprojeto de curso de especialização sobre Teoria e Aplicação da Psicologia Profunda. O processo havia baixado em diligência ao Departamento competente da Faculdade de Medicina, que manifestou seu ponto de vista, havendo a Comissão com base nessa informação exarado o parecer que deveria o COCEP aguardar a planificação do referido Departamento dentro das normas de UFPel, para que fossem atingidos os objetivos presentes no processo. Aprovado. Proc. 4868. A Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Ciências Agrárias encaminha cópia da ata do exame de dissertação do Engº Agrº Estanislau Dias Davlos, para homologação pelo COCEP. Aprovado. Proc. 4857. A mesma Coordenação solicita homologação do grau de Mestre à Engº Agrº Maria Elizabeth Viégas, aluna regular do curso de Fitomelhoramento. Aprovado. Proc. 4866. do CCPGCA que solicita a homologação do grau de Mestre ao Engº Agrº José Carlos Fraga. Aprovado. Proc. 4865. - CCPGCA solicita homologação do Grau de Mestre ao Engº Agrº Antonio Roberto Marchese de Medeiros. Aprovado. Proc. 4864. O CCPGCA solicita homologação do Grau de Mestre ao Engº Agrº Anísio Pedro Camilo. Aprovado. Proc. 4863. Do CCPGCA que --

*[Assinatura]*



140  
JW

solicita a homologação do Grau de Mestre à Licenciada em História Natural Maria da Graça Martino Roth. Aprovado. Proc. 4862. O COPSCA solicita homologação do Grau de Mestre à Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Anselma Rilling da Nova Cruz. Aprovado. Proc. 4861. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> João José Oliveira. Aprovado. Proc. 4860. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Frim, digo, Firmino Ferreira. Aprovado. Processo nº 4859. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Jaime Roberto Fonseca. - Aprovado. Proc. 4858. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Jack Eliseu Cristina. Aprovado. Proc. 4857. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Oscar Lopes. Aprovado. Proc. 4856. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Nelson Luiz Finar. - Aprovado. Proc. 4855. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Antonio Augusto Fonseca Ferreira. Aprovado. Proc. 4854. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Antonio Silva de Albuquerque. Aprovado. Proc. 4853. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Silvino Amorim Neto. Aprovado. Proc. 4852. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> José Carlos Soares Moreira. Aprovado. Proc. 4851. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Albino Grigoletti Júnior. Aprovado. Proc. 4850. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Delorges Motta de Costa. Aprovado. Proc. 4849. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Maria Pinheiro Fernandes Corrêa. - Aprovado. Proc. 4848. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> Ailton Zanon. Aprovado. Proc. 4847. Homologação do Grau de Mestre ao Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup> José Rosalvo Andrilhe. - Aprovado. Proc. 5766. Projeto de Pesquisa. Roberto Krebs Balther e outros. - Aprovado. Proc. 5588. Projeto de Pesquisa de Suzana Smith Cavalli. Aprovado. Proc. 5584. Projeto de Pesquisa dos Prof. Alexandre A. Valério da Cunha, Carlos Costa, - Lucílio Fernandes, Elmar Costa, Maria de Mattos e Morena Peters. Aprovado. Proc. 5589. Projeto de Pesquisa do Prof. Wilson Alves da Oliveira. Aprovado. Proc. 5478. Projeto de Pesquisa do Prof. Eduardo Allgayer Osório. Aprovado. Proc. 5361. Projeto de Pesquisa dos Profs. Flávio Luiz da Cunha Gastal, Fernando Cáprio da Costa, - Anselma Rilling da Nova Cruz e Maria da Graça Martino Roth. Aprovado. Proc. 5916. O Chefe do Departamento de Engenharia Rural solicita a inclusão do Aux. de Ensino - José Carlos Lago no Projeto de Pesquisa nº 1. Aprovado. Proc. 6633. Projeto de pesquisa dos Profs. Circely Fonseca Benites, e Arthur Gresco. Aprovado. Proc. 5583. Projeto de Pesquisa do Prof. Luiz Carlos dos Santos Real. Aprovado. Proc. 5013. Projeto de Pesquisa dos Profs. Cesar Augusto Martins, Osvaldo Dias Paz e Ildevar Arruda, João Oneti da Rocha Rodrigues e Carlos Van der Lann. Aprovado. Proc. 7716. - Projeto de Pesquisa do Prof. Ubirajara Fernando Galli. Aprovado. Proc. 7704. Projeto de Pesquisa dos Profs. Enrique Salazar Cervero e Milton Souza Guerra. Aprovado. - Proc. 5589. Projeto de Pesquisa da Prof<sup>a</sup> Judith Viégas. Aprovado. Proc. 6634. Requerentes: Prof. Eurico Kramer de Oliveira e outros. Disse que o processo havia - sido baixado em diligência, havendo o interessado apenas registrado no processo: "Sem comentários. Sobre o conteúdo sugiro apenas o exame do mérito." Propôs que voltasse a ser baixado em diligência para cumprimento do que foi solicitado pela Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa. Aprovado. Proc. 6635. Requerentes Ery Schreim e José Carlos Mascarenhas. Por informação do solicitante, sabe-se que o Projeto de Pesquisa acha-se suspenso temporariamente. A Comissão foi pelo arquivamento do mesmo. Aprovado. Proc. 6630. Prof. Eurico Passos de Oliveira e outros. Disse que o processo fora baixado em diligência, não havendo sido cumprida integralmente. A Comissão deu parecer para que o processo voltasse a ser baixado em diligência para o cumprimento total do solicitado. Aprovado. Proc. 7720. Projeto de Pesquisa dos Profs. Milton Souza Guerra, que havia sido baixado em diligência, não havendo a mesma sido cumprida integralmente, digo, havendo sido cumprida, com a omissão de alguns itens. Suguiu fosse baixada novamente em diligência. Aprovado. Proc. 7708. Projeto de Pesquisa do Prof. Breno Simões de Oliveira. Processo baixado em diligência, não havendo sido cumprida a mesma. Baixar novamente em diligência. Aprovado.

11/10/2016



Disse o Prof. Cáprio, que foram endereçados à Comissão alguns processos, sem que tivessem passado pelo protocolo e recebido o respectivo número naquele serviço. Disse haver sido informado pelo Sr. Diretor da FAEM que os processos eram cópias e que os originais, devidamente protocolados estavam em poder da Direção. Solicitou que fossem apreciados no COCEP para adiantar o trâmite usual e, posteriormente encaminhá-los os originais para serem trocados pela cópias. Projeto de Pesquisa do Prof. Vanderley Vasques Vieira, Milton de Souza Guerra e Enrique Salazar Caverio, disse falta aprovação do Conselho Departamental. Projeto de Pesquisa do Prof. Ronei de Almeida Douglas, que também falta a aprovação do Conselho Departamental. Proc. 7705, do Prof. Milton de Souza Guerra. A diligência não foi cumprida integralmente. A Comissão elaborou seu parecer, dizendo ser a pesquisa inexecutável, face o executante haver afirmado necessitar de Cr\$178.000,00 para a mesma, não apontando existirem recursos para tal. Aprovado o parecer da Comissão. Proc. 7703. Milton de Souza Guerra baixado em diligência ao retorno a Comissão não satisfeita com as informações, resolveu baixar novamente em diligência para informações complementares. Proc. 7706. Marco Antonio Noguez. Baixar novamente em diligência, em razão de a mesma não haver sido cumprida integralmente. Proc. 6695. José Casaretto, Milton Guerra e Juvenal da Costa Vidal. O Processo foi baixado em diligência, havendo o interessado respondido que se encontrava impossibilitado de atender a diligência. A Comissão foi pelo arquivamento do processo até que possam ser prestadas as informações, pois a Comissão não pode dar parecer sem que sejam elucidados diversos pontos no processo. Disse o Prof. Fernando Cáprio da Costa que estes eram os processos em poder da Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa. O Senhor Presidente agradeceu a comparencia de todos os Conselheiros, e suspendeu a sessão, que terá continuidade no dia 25.8.75, às 8 horas. No dia e hora aprazados, foram reiniciados os trabalhos, havendo a Presidência de imediato feito o registro que fora involuntariamente omitido na sessão anterior, do comparecimento, pela primeira vez no COCEP, como seu novo membro, do Coordenador do Colegiado de Curso da Faculdade de Medicina, Prof. Léo Zilberknop, tendo aduzido que o referido professor é um docente de largos conhecimentos e que o brilho de sua inteligência, tinha certeza, em muito contribuiria para o bom desenvolvimento dos trabalhos do Conselho Coordenador do Ensino e de Pesquisa. Após, passou a palavra ao Prof. Gastão Coelho Puraça Duarte, Presidente da Comissão de Concursos do COCEP, para relato dos processos em poder da Comissão. Proc. de inscrição no Concurso de Professor Assistente, da Auxiliar de Ensino Maria Carmelina Ribeiro Alves. Disse que, antes de relatar o processo, necessitava trazer ao conhecimento dos senhores conselheiros, a tramitação que o mesmo estava seguindo e as razões que levaram a candidata a impetrar recurso de decisão do Conselho Departamental do Instituto de Biologia: Disse que, quando da publicação do Edital 1/75, que estabelecia vagas para inscrição no concurso para Professor Assistente, a mesma, que está lotada no Departamento de Histologia do Instituto de Biologia, mas lecionando na Faculdade de Medicina, ratificou, dizendo que a lotação da mesma é no departamento de Morfologia, disse que a mesma fez sua inscrição e ao término do prazo determinado pelo referido Edital, a Comissão de Concursos recolheu os processos daquele Departamento da Universidade onde as inscrições foram realizadas, e analisando-os, quanto a que era determinado no Edital, encaminhou os mesmos às respectivas Unidades para que seus Diretores os levassem aos seus Conselhos Departamentais para fixação das Comissões Examinadoras, elaboração dos conteúdos programáticos e determinação dos tipos de provas a serem realizadas. Disse que o processo em pauta, não fora escitado ao Conselho Departamental do Instituto de Biologia, que entendeu não estarem cumpridos os requisitos exigidos no Edital. Solicitou o Conselho Departamental, diretamente à Consultoria Jurídica da Universidade, um parecer sobre a legalidade ou não de inscrição. O Senhor Consultor Jurídico não se julgou competente a dar o parecer solicitado, pois o processo deveria ser encaminhado à Reitoria e desta à Consultoria, que é um órgão diretamente ligado ao Magnífico Reitor. O Prof. Gelfim Silveira despachou o processo para a Comissão de Concursos que o devolveu ao mesmo com a recomendação de encaminhamento, agora sim, à Consultoria Jurídica da Universidade.

*[Assinatura]*



142  
Gm

Esta tramitação, como é claro, levou muitos dias e, como se aproximava a data da realização do concurso no Departamento de Morfologia, sem que houvesse ainda uma solução no processo da Profª Carmelina, esta entrou com um recurso dirigido diretamente ao Sr. Presidente do COCEP, Prof. Alexandre A. Valério da Cunha. Este, de imediato despachou o processo para que a Consultoria Jurídica tomasse conhecimento do recurso e desse seu parecer, enviando posteriormente à Comissão de Concursos. E assim foi feito. Face o parecer da consultoria jurídica, o Prof. Alexandre Valério da Cunha, na ocasião no exercício da Reitoria, baixou Portaria suspendendo o concurso, até que o primeiro processo tivesse uma solução. Passou o Prof. Gastão Duarte à leitura do recurso impetrado pela candidata, e do parecer da Consultoria Jurídica, que opinou pelo deferimento da sustação do concurso, com a expedição da competente Portaria. O Senhor Vice-Reitor, encaminhou o processo, com o parecer da Consultoria Jurídica à Comissão de Concursos do COCEP, que referendou o referido parecer, em consonância com a Portaria nº 266/76 que suspendeu a realização do concurso, até a homologação ou não, pelo COCEP, do pedido de inscrição da recorrente. Disse ainda o Prof. Gastão Duarte, a título de esclarecimento que a candidata havia, em tempo hábil feito juntada ao processo, do atestado fornecido pela Faculdade de Odontologia de Baurú, onde se declara que a mesma havia realizado naquela Faculdade, em 17 de agosto de 1970, concurso de habilitação sob a égide da Lei 444, havendo sua inscrição sido aprovada em 16 de dezembro de 1968. Fez ainda a recorrente juntada de outros documentos comprobatórios da condição que alega. Disse finalmente que, estas foram os atos e fatos que integram o corpo do processo em pauta, e, agora com novos documentos, segue o processo encaminhado novamente à Consultoria Jurídica para que se pronuncie a respeito, com a posterior remessa ao Instituto de Biologia para conhecimento desse parecer. Foi colocado pela presidência em votação o parecer da Comissão de Concursos, que foi pela aprovação do pedido feito pela requerente. Aprovado. Foi concedida a palavra a seguir ao Presidente da Comissão de Graduação, Conselheiro Sidney Roche Castro, que disse ter em seu poder alguns processos que não haviam sido apreciados na sessão anterior e os relataria agora. Proc. nº 5812/76, em que a Sra. Diretora da Faculdade de Educação solicita informações sobre isenção de disciplinas. Entre outras considerações, diz a referida Diretora, não ter tido informação de que o Decreto 77.445 de 19.04.1976, que trata de transferência, se aplicaria, também, aos casos de isenção. Disse o Prof. Castro que entendia esse tipo de consulta, por ser a Faculdade de Educação uma Unidade nova da Universidade. Aduziu que o Decreto citado, referisse unicamente a transferência ex-offício de funcionários. Disse, no entanto, que se um pedido de transferência para a Universidade, em razão de transferência ex-offício de um funcionário chegar a um Colegiado de Curso, não deveria ter tratamento diferente o pedido feito por um funcionário que se transferiu de moto próprio, por uma questão de justiça. Entendia que nos dois casos, não se deveriam dar tratamentos diferentes. Quanto ao mais, disse entender ser prerrogativa e sistemática de cada Colegiado de Curso. Disse ser esta a informação da Comissão de Graduação. Aprovado o parecer plenário o senso da informação da Comissão de Graduação. Proc. 5814/76 em que o Coordenador do Curso de Engenharia Agrícola solicita orientação sobre como interpretar os artigos 196 e 298 do Regimento Geral da Universidade. Disse o Prof. Castro Sidney Castro que, em seu entender, a participação na ACISO, OPERA, CRU - etc., não assegurava aprovação, pois se o aluno se matriculasse em dois ou mais projetos de extensão, atingiria os noventa dias letivos, teria uma aprovação mínima, sem passar, sequer, por uma sala de aula. Disse que o aluno teria direito à nota mínima, apenas nas avaliações feitas no período de afastamento, que não poderá ser superior a trinta dias, nunca obtendo aprovação na disciplina, ou semestre. Disse ser este o seu parecer. Aprovado o parecer do relator. Proc. -

*Sidney Roche Castro*



143  
Jan

4341/73, que retorna agora por proposição da Assessoria de Planejamento, onde originalmente era requerente a Comissão Especial designada para estudar e criação de novas licenciaturas no Curso de Estudos Sociais, acompanhado do respectivo relatório da Comissão. Disse que o referido relatório havia recebido do Magnífico Reitor despacho endereçando o assunto inicialmente ao COCEP e, posteriormente, ao Conselho Universitário. Posteriormente, em face possivelmente de outras autoridades, foi o assunto suspenso, vindo agora com parecer da Assessoria de Planejamento da Universidade, que foi lido pelo relator para o plenário, onde a Assessoria disse da viabilidade da criação de novos cursos de licenciatura no Curso de Estudos Sociais. Disse o relator que encampava as considerações do Senhor Assessor de Planejamento, integralmente. Aprovado o parecer do relator.

Proc. 5639/76 - O Departamento de Desenho propõe a substituição da denominação da disciplina "Desenho", do Curso de Engenharia Agrônoma, para "Projeção Gráfica e Desenho Técnico", por se adaptar melhor ao conteúdo programático da referida disciplina. Disse o relator que o processo transitou pelos conselhos competentes da Unidade, sendo por isso, favorável ao solicitado. Disse que relataria em seguida o Proc. 5665/76, que trata da reformulação do Currículo do Curso de Engenharia Agrônoma, processada em decorrência do novo Currículo Mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Disse o relator, que o assunto decorre de uma solicitação legal, sendo por isso, favorável à sua aprovação, com a mudança da denominação da disciplina que trata o processo anteriormente relatado, sugerindo que o processo de nº 5639/76, fosse anexado ao processo ora relata, digo, relatado, sendo ambos postos em votação, sendo o relator pela aprovação de ambos. Aprovados pela unanimidade dos membros do COCEP. Disse a seguir o Prof. Sidney Gaspar que o assunto seguinte é originado do ofício 12/76 da Coordenadora do Colegiado de Curso de Ciências Domésticas, que endereça consulta ao COCEP, versando nos seguintes itens: 1. Qual o número de vagas a serem oferecidas nas disciplinas dos Cursos da UFPel. 2. Qual o número de vagas que deverão ser abortas no caso de serem as disciplinas oferecidas nos dois semestres letivos. 3. Têm os alunos residentes o direito de vagas asseguradas. 4. Qual o número mínimo de alunos necessários para ser oferecida uma disciplina. 5. No caso de numa disciplina só haver alunos repetentes, mesmo em pequeno número, deverá esta ser oferecida?. Disse o relator que a Assessoria Acadêmica está plenamente capacitada a prestar essas informações, não devendo o COCEP manifestar-se sobre o assunto. Caso haja alguma urgência, quanto às informações prestadas pela Assessoria Acadêmica, então, sim, manifestaria o COCEP manifestar-se. Proc. 4450/76. Disse o relator, que lhe parecia que o Prof. Silvino Joaquim Lopes Neto, na sessão anterior, havia relatado o mesmo, pois não tinha o processo em mãos e, como havia urgência na transição do assunto, havia feito o relato verbal. Trata o processo da fusão do Departamento de Cinestica com o Departamento de Saúde e Aplicação, ficando a Escola Superior de Educação Física com apenas dois Departamentos: 1. Departamento de Ginástica e Saúde. 2. Departamento de Desportos, contando cada Departamento com nove docentes. Proc. 4183/76. Da Faculdade de Veterinária. Assunto: Alteração da data de abertura, com alteração do término das aulas, com a respectiva antecipação do início das mesmas. Aprovado. Proc. 6059/76. Da Coordenadoria do Curso, digo, do Curso de Nutrição, solicitado o aumento de 20 para trinta vagas no próximo concurso vestibular. Aprovado, em razão do parecer favorável do relator, que referiu a exposição de motivos da referida Coordenadoria. Proc. 4970/76. Da Faculdade de Educação, cujas Diretora, Profª Circo Cunha comunica que em face dos estudos realizados, ficou estabelecido que a Faculdade de Educação se organizaria em sete Departamentos: 1. Departamento de Ensino; 2. Departamento de Fundamentos da Educação. O Relator deu parecer favorável, sendo aprovado pelo COCEP. Proc. 4907, da Faculdade de Educação, que encaminha à consideração do COCEP o plano-

M. da Cunha



144  
Jat

o Curso de Licenciatura em Disciplinas Especializadas para o Ensino de 2º Grau, cuja ministração já havia sido anteriormente aprovada pelo CUCSP e pelo Conselho Universitário. Disse o relator que é feita uma completa especificação no referido plano, razão pela qual, era favorável à sua aprovação. Aprovado pelo Conselho, é retificado na presente ata, o registro de que o proc. de nº 4970/76 da Faculdade de Educação, havia sido aprovado. Ficou deliberado no Conselho, que o processo fosse baixado em diligência, para que fosse informado o número de docentes existentes em cada um dos Departamentos propostos, bem como a inclusão dos conteúdos programáticos de cada uma das disciplinas, para que o Conselho tivesse maiores subsídios para um julgamento. Proc. 6128/76, do Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo, que comunica ao Conselho que com a recente autorização da contratação de docentes, poderiam ser oferecidas ainda neste período, disciplinas em atraso, integrantes do currículo mínimo do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Arquitetura Brasileira - Departamento de Estudos de Arte, Letras e Comunicação, 3º semestre do currículo, que deveria ser, digo, ter sido oferecida em março de 1974; Estruturas em Aço e Madeira - Departamento de Engenharia Rural, 6º semestre, que deveria ter sido oferecida em agosto de 1974. Aduziu que as referidas disciplinas poderão ser oferecidas com início em 31 de agosto e término em 22 de dezembro e com início em 27 de agosto e término em 17 de dezembro, respectivamente. O relator disse que, em face da exposição da Coordenadoria do Curso de Arquitetura e Urbanismo, era pela aprovação da solicitação. Aprovado o parecer do relator. Disse o Prof. Sidney Castro que trazia, por se tratar de assunto de urgência, proposta verbal, de pedido originado do Departamento de Semiologia e Clínica da Faculdade de Odontologia, em que a disciplina de Radiologia propõe oferecer, ainda neste semestre, em regime de recuperação de Curso, a duplicação da disciplina, que é unimesestral e que deveria funcionar de março a agosto do próximo ano. Fronte-se a solicitação, ao fato de possibilitar aos alunos o reinício de seu curso em 1977, caso contrário deveriam cursar Radiologia, digo, Radiologia em 1977 e reiniciar o Curso em 1978, com prejuízo de dois anos de paralização. Disse que, é proposto, também, o regime de duplicação de semestres, a partir do próximo ano. Aprovada a proposta. Disse a seguir o Prof. Sidney Castro que tinha em mãos um processo de longa tramitação, em que é requerente o Prof. Milton de Souza Guerra, do Departamento de Fitossanidade da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, com o pedido de contratação do Prof. Agostinho Francisco Ruffinelli Roy. Disse que dado o volume, seria por demais cansativa a leitura da tramitação que teve o processo até agora, solicitando ao Conselho que fosse feita, apenas, a leitura do parecer final da Consultoria Jurídica, que a Comissão de Graduação encampa. Parecer da Consultoria Jurídica: ...entendo que sua contratação poderá ocorrer como Professor Visitante, a teor do que dispõe o artigo 24, inciso III do Decreto-lei nº 6.182, estabelecendo-se prazo determinado, quando este, de um ano, e retribuição em função de qualificação. Vencido o prazo estabelecido em seu contrato, se o Professor desejar permanecer no Brasil ou naturalizar-se, regularizando sua situação, revalidando seu diploma ou apenas registrando-o, sendo a existência de convênio, como estabelece a Resolução 43/75 do egrégio Conselho Federal de Educação, então será caso de pensar-se na contratação como Auxiliar de Ensino, pois irá ingressar na carreira do magistério superior, e, como tal, deverá começar pelo primeiro estágio. É o parecer..." Disse o Prof. Sidney Castro que, por falta de maiores informes, encampava o parecer da Consultoria Jurídica, com a ressalva de que a contratação deveria ser feita como Auxiliar de Ensino, para não trazer prejuízos aos demais professores da Universidade, que tem esta forma de ingresso. Na entanto, nada impede que a remuneração do referido Professor, possa ser feita pela qualificação do mesmo. Aprovado pelo Conselho. Agradecendo a presença de todos os senhores Conselheiros, o Prof. Alexandre A. Valério da Cunha, em nome por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Paulo Machado Vieira, Secre-

*Ata da reunião*



tório dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ata, que depois de aprovada, se-  
rá devidamente assinada.-----

Answer of L<sup>y</sup> H. H. Deane.